

**ARMANDO MALHEIRO DA SILVA**  
**FERNANDA RIBEIRO**

**Recursos de Informação**  
**Serviços e Utilizadores**

**2008**

## 2. Das origens pré-clássicas à Revolução Francesa

Se olharmos muito lá para trás – para os primórdios da escrita<sup>1</sup>, cuja invenção constitui um primeiro salto tecnológico de ruptura e continuidade com a oralidade<sup>2</sup> – e percorrermos uma trajectória histórica que nos permita perceber a formação de acervos documentais organizados e intimamente ligados ao exercício da governação e da celebração do sagrado através do respeito e aplicação de leis (prática jurídica), vislumbramos, desde logo, a mítica Biblioteca de Alexandria que animará a noção de biblioteca pós-tipografia Gutenberg e, sobretudo, pós-Revolução Francesa, mas também deparamos (nesse espaço imaginário por ter sido destruído), a par das obras de filósofos, prosadores e poetas da Antiguidade Clássica, com uma variedade de testemunhos da vida administrativa, política e religiosa do Império. Significa isto que ao *biblio* (livro) + *teka* (caixa) e ao *arkéon* (casa do magistrado) corresponderam milénios de duradoura síncrese ou mescla dos mais diferentes assuntos registados em variados e sucessivos suportes técnicos (argila, pedra, papiro, etc.).

Remontando ao 4.º milénio antes de Cristo, encontramos no vale do Nilo e na Mesopotâmia cidades e estados organizados, em cujos palácios e templos havia locais onde se conservavam textos e registos da mais diversa índole, para serviço das classes

---

<sup>1</sup> Atente-se nesta súpula assaz oportuna: *A escrita, solução dos problemas de uma economia e de uma sociedade que já conheciam a agricultura e as cidades, desenvolveu-se sempre em relação estreita com o poder, fosse este sacro ou profano, eclesiástico ou estatal, tornando possível o advento de uma administração e de uma burocracia. Também permitiu uma maior extensão da memória colectiva, uma mutação do carácter da religião e do ensino, mas também o aparecimento da literatura, da história, da filosofia e da ciência, afastando-se assim das próprias origens, ligadas, pelo contrário, a uma mitologia exclusivamente oral. Foi, finalmente, a escrita que tornou possível o aparecimento de um grupo especializado na produção, difusão e conservação dos textos: os intelectuais, clérigos ou laicos* (cf. BARTHES, Roland; MAURIÈS, Patrick – Escrita. In *Enciclopédia Einaudi. Vol. 11 - Oral/escrito. Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 172).

<sup>2</sup> Este processo foi enfatizado e explorado, de forma inovadora e influente, por: MCLUAN, Marshall – *A Galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 40-87 (1ª ed. orig.: 1962).

dirigentes: *São já verdadeiros arquivos, embora pelo seu conteúdo possam algumas vezes acumular a função de bibliotecas privadas. Na verdade, tanto se encontram missivas e assentos contabilísticos, como textos literários, sob a forma de oráculos, hinos religiosos ou relatos históricos. As sociedades pré-clássicas tinham já um sentido muito apurado da lei e da justiça. Daí que uma boa percentagem dos documentos produzidos diga também respeito a tratados, contratos, actos notariais, testamentos, promissórias, recibos e sentenças dos tribunais. É de referir ainda o aparecimento de léxicos e catálogos descritivos, o que já revela um grau superior de organização*<sup>3</sup>. Os instrumentos de pesquisa de uso interno, na medida em que consagram formalmente o acesso público, tanto quanto nos é dado saber, surgem apenas como um traço setecentista da Modernidade ocidental.

Como exemplos maiores, dessa realidade longínqua no tempo, temos a cidade de Mari (Mesopotâmia) conquistada pelo rei Hammourabi, que mandou inventariar o Arquivo do Palácio, levando consigo a correspondência internacional para usar na sua acção político-diplomática. Em Ebla (Síria), século XXIV a. C., o Arquivo do Palácio caracterizou-se por um acervo abundante de tabuinhas e de placas de argila em escrita cuneiforme, bem como por uma rede de depósitos, estando cada um ligado a determinada área administrativa. E, na cidade síria de Ugarit, foi possível reconstituir uma malha complexa e sincrética de Arquivos e Bibliotecas, a saber:

Arquivo do Palácio Real (depósito central contendo documentação política, jurídica e financeira e assentos sobre administração do palácio; depósito oeste contendo documentação essencialmente económico-financeira; depósito leste contendo documentação essencialmente de natureza político-militar; depósito sul contendo documentação sobre negócios estrangeiros; depósito sudeste contendo documentação de carácter religioso e económico; sala do sector ocidental contendo documentação pertencente a um serviço que teria sido transferida; e tabuinhas do forno); Arquivo do Palácio Sul (duas salas com documentação sobre comércio marítimo e navegação); Arquivo da Casa de Rap'anou (contém correspondência sobre negócios estrangeiros, lista de divindades e textos de esconjurações, guias ortográficos, linguísticos e enciclopédicos); Arquivo da Casa de Rasapabou (contém documentação jurídica e económica sobre o proprietário e sua família e tratado sobre o modo de cuidar de cavalos); "Biblioteca" do Letrado (contém esconjurações, ritual para aliviar as mulheres grávidas, lista de medicamentos e fórmulas para a cura de doenças, guias ortográficos, lexicográficos e enciclopédicos); "Biblioteca" da Zona Sul (recolha de ditados e máximas, textos literários e astrológicos, correspondência, textos jurídicos e contabilísticos, guias lexicográficos); "Biblioteca" da Zona Sul

---

<sup>3</sup> SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Ob. cit.*, p. 46.

da Acrópole (ângulo nordeste do edifício: textos mitológicos, listas de divindades e de oferendas, hinos litúrgicos e textos de música e dança, listas de pessoas e carta régia, guias ortográficos; ala meridional: textos literários, ditados e máximas, lista de divindades, textos médico-mágicos, esconjurações, correspondência e textos jurídicos, guias lexicográficos); e "Biblioteca" do Grande Sacerdote (contém poemas mitológicos, lista de divindades, súplica religiosa, correspondência, guias ortográficos e lexicográficos)<sup>4</sup>.

A descrição minuciosa do conteúdo dos depósitos permite compreender, sem dificuldade de maior que, até ao desenvolvimento, a partir do Renascimento, do homem tipográfico e até à consagração do Estado burocrático e centralizado da época contemporânea, o livro (o *biblos*, traço distintivo da biblioteca) não passava de um artefacto material e a documentação de natureza jurídica, política e administrativa de cariz impositivo e probatório mesclava-se com o literário, o religioso, o artístico (a música), formando uma síncrese orgânica originária. Característica que se manterá, bem viva, nos casos conhecidos da época greco-romana.

O Métrôn ou Templo de Cibele em Atenas, foi investido, a partir de 350 a. C., das funções de Arquivo do Estado Ateniense, repetindo, curiosamente, o modelo de Pi-Ramsés, no Egipto, com a chancelaria e dois depósitos, os quais ladeavam o santuário da divindade protectora e custodiavam leis e decretos governamentais, actas das reuniões do Senado, documentos judiciais e financeiros, inventários, listas de efebos, além de exemplares oficiais da obra de grandes trágicos e alguns documentos privados de valor excepcional, como o testamento de Epicuro.

Do período helenístico merece destaque a descoberta do *chreophylax* de Dura-Europos, cidade fundada, em 300 a. C., a mando de Seleucos I, herdeiro da parte asiática do império de Alexandre Magno: o edifício, que era uma espécie de "casa dos contos" do reino selêucida, dispunha de várias salas, uma das quais possuía as paredes forradas com uma rede de casulos em tijolo. Os alvéolos, com cerca de 35 cm de lado e 80 cm de profundidade, tinham a forma quadrangular e uma inclinação de 45°, dispendo-se em filas horizontais, num total de pelo menos cem unidades. Era esta a forma de ordenação dos rolos de papiro, sendo o respectivo conteúdo funcional assinalado por um monograma, ao qual se junta a referência da data dos documentos arquivados em cada compartimento. Pode concluir-se, pois, que no plano técnico a

---

<sup>4</sup> SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Ob. cit.*, p. 54.

organização e a ordenação para uso dos documentos por quem deles precisasse, atingiu, no período clássico, um grau de maturidade muito superior ao que regra geral se supõe<sup>5</sup>.

Em Roma avultam, sobretudo, três casos: o *Aerarium Saturni*, situado no Templo de Saturno, terá sido o primeiro Arquivo da Roma antiga, chamado depois *Tabularium*, e foi gerido pelos Censores, funcionários encarregues de organizar as listas de recenseamento; o *Aerarium*, que compreendia as seguintes unidades ou secções: *Comitia*, Senado, *Commentarii* dos Cônsules, Censores, Pretores, Questores Urbanos e Governadores Provinciais; e o *Tabularium Caesaris*, que foi o arquivo do Imperador no tempo de Augusto, destruído, entretanto, pelo fogo e constituído por cartas, papéis de família, rascunhos, obras literárias, etc.

Do período greco-romano para a alta Idade Média, não houve a descontinuidade organizativa sugerida pelo colapso do Império Romano, pela expansão e consagração do Cristianismo e pela formação de um mosaico de reinos com índices civilizacionais inferiores aos atingidos no Mundo Antigo.

A prática dentro da síncrese biblioteca-arquivo não sofreu retrocesso, mas as condições históricas concretas não permitiram significativos desenvolvimentos. Mesmo assim, pode-se dizer que o conceito de arquivo seria reforçado por operações práticas ilustradas em vários casos como a Chancelaria da Cúria Romana, a Chancelaria da Corte Merovíngia ou os *Scriptoria* de Mosteiros animados pelas comunidades religiosas mais activas. De salientar, também, que as bibliotecas-arquivos foram, de início, ambulantes, devido à instabilidade político-militar dos reinos europeus na alta Idade Média. Na baixa Idade Média a sedentarização das instâncias do poder (em particular as chancelarias régias) possibilitou a feitura de armários e a criação de gabinetes para colocação dos documentos.

No município do Porto, em 1405, fala-se da sala do cartório. Data de 1384 o regimento do Arquivo de Aragão, que “servia fundamentalmente para a defesa dos interesses do monarca”. E, na Torre do Tombo, o respectivo Guarda-Mor – cargo exercido, entre outros, por Fernão Lopes, cujas crónicas são um exemplo célebre da simbiose de duas narrativas, a histórica e a literária – era responsável pelo Arquivo da Coroa, formado por cartas, leis, capítulos de Cortes, etc., e era, ao mesmo tempo, encarregue de historiar os feitos/factos políticos dos monarcas e seus reinados. Esta é

---

<sup>5</sup> SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Ob. cit.*, p. 59.

uma função que recupera o que certos escritores da Antiguidade grega e, sobretudo, romana modelaram, não sendo, por isso, nova. Mas há, aqui, no Mundo ocidental cristão, uma novidade interessante: a acumulação, pela mesma pessoa, do desempenho como arquivista/conservador, ou guardador de documentos, e como seu utilizador e difusor, através do género cronístico.

No século XVI ocorreu uma grande concentração arquivística, que se entende à luz da estruturação do Estado centralizado. Este fenómeno é visível noutras latitudes como, por exemplo, na China: o Arquivo de Huang Shi Cheng, em Pequim, construído em 1534, mostra ou confirma que a organização centralizada dos documentos de Estado não era cuidado exclusivo dos governantes europeus. A Torre do Tombo evoluiu e terá influenciado a reforma no seio da Corte espanhola, que culminou na organização do Arquivo de Simancas. E em 1583, a dita Torre abarcava e custodiava a Chancelaria (Reis e Casa Real; e Vassalos); os Originais; as Crónicas dos Reis, a Leitura Nova e a Livraria, tudo isto produção própria do Guarda-Mor e seus auxiliares; o arquivo pessoal de Pêro de Alcáçova Carneiro, incorporado em 1569; e os Almojarifados / as Alfândegas / as Casas do Reino – incorporação ordenada por D. João III.

Atenção é devida, também, à prática administrativa e aos modelos de ordenação e classificação aplicados no espaço eclesiástico – Mitras, Cabidos, Mosteiros, Conventos, etc. É, a este propósito, exemplar o caso do Cabido da Sé de Braga com o seu famoso arcaz ou armário feito com gavetas e prateleiras para os livros de índices e outros, e a classificação temático-funcional adoptada em 1754.

Chegamos, assim, ao século XVIII e às transformações conjunturais e estruturais introduzidas pela Revolução Francesa (1789). A extinção revolucionária das Ordens Religiosas e o ataque à jurisdição espiritual e temporal da Igreja Católica colocaram, na posse directa do Estado revolucionário, um acervo de bens materiais que incluía milhares de livros e de documentos. O mesmo ocorreu com os domínios senhoriais, tendo associados livrarias e cartórios. Tão vasto caudal de papel e de pergaminho exigiu a criação de Bibliotecas e dos Arquivos Nacionais como espaços físicos e serviços estatais, dotados de pessoal exclusivo, encarregues de sua custódia. Mas não só...

A Lei de 7 de Messidor criou os *Archives Nationales* com a incumbência expressa de que todo o cidadão poderá pedir em todos os depósitos, em dias e horas fixados, o

acesso aos documentos aí colocados. O direito dos cidadãos ao acesso à informação ficou consagrado neste termos, nos artigos 37.º e 38.º:

*XXXVII. Tout citoyen pourra demander dans tous les dépôts, aux jours et aux heures qui seront fixés, communication des pièces qu'ils renferment: elle leur sera donnée sans frais et sans déplacement, et avec les précautions convenables de surveillance. Les expéditions ou extraits qui en seront demandés, seront délivrés à raison de quinze sous du rôle.*

*XXXVIII. Tous citoyens qui avaient produit, dans des procès terminés ou non, des titres non féodaux ou des procédures, seront admis à les réclamer avant la clôture du triage ordonné par le présent décret; et, ce délai expiré, leurs productions seront supprimées. Les depositaires sont autorisés à les remettre, avant ce terme, à ceux qui justifieront qu'elles leur appartiennent, et à la condition d'en fournir leur décharge.*

A possibilidade concedida a todos os cidadãos de consultarem e de requererem, sem custos, certidões dos documentos, essencialmente patrimoniais, que lhes permitiriam reivindicar a posse de terras ou reivindicar direitos sonegados durante o *Ancien Régime*, institui a possibilidade de uma prática nova e inovadora que vinculava o Estado ao dever de resposta às demandas de todo e qualquer cidadão, rico ou pobre. Sonia Combe sublinhou esta inovação e acompanhou o desvio que se lhe seguiu<sup>6</sup>.

Os Arquivos Públicos abrem-se ao cidadão, mas cedo se tornam lugares da Memória para a História, sem perderem, completamente, o cordão umbilical com a instância produtora tutelada pelo Direito e pelo Poder. A sua existência institucional implicou a emergência de arquivistas e a prática empírica destes conduziu ao estabelecimento de um *corpus* de regras e de procedimentos fundador da Arquivística (nascida como disciplina auxiliar da História), assim como as regras de catalogação, desenvolvidas a partir da proposta seminal de Gabriel Naudé (século XVII) e as condições particulares de organização dos espaços e acomodação, neles, dos acervos, mais outros tópicos de gestão das bibliotecas, geraram a Biblioteconomia. Mas esses arquivistas “novos” vão coexistindo com os funcionários das Administrações que fazem “*arquivagem corrente*”, o que na prática antiga, ou seja, anterior ao legado revolucionário francês, podia e devia significar momentos ou fases diferentes de uma

---

<sup>6</sup> COMBE, Sonia – *Archives interdites : l'histoire confisquée*. Paris : La Découverte, 2001. ISBN 2-7071-3577-1. p. 79-110. Ver, também: SILVA, Armando Malheiro da – Arquivo, Direito e Poder: para uma desconstrução construtiva. In *Archivum et jus: ciclo de conferências: 2004, Outubro-2005, Abril: actas*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 2006. ISBN 972-594-103-9. p. 70-73.

mesma e única actividade. Porém, à luz e em consequência desse legado, impôs-se uma dicotomia e até uma antinomia que ingleses e americanos conceberam e geriram de modo assaz pragmático: os *records managers* tratavam, no interior das organizações, públicas ou privadas, políticas ou sócio-económicas, da documentação produzida/recebida respeitante aos assuntos e negócios em curso, enquanto uma parte desses documentos, considerados de interesse histórico, passaria a um espaço institucional específico e distinto – o Arquivo Histórico – local de trabalho do “arquivista”.